



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Definição do objeto

Aquisição de mesas e cadeiras giratórias em decorrência da reforma do 10º andar do prédio Sede do TRE-SC.

#### 2. Fundamentação da Contratação

A aquisição de mobiliário em decorrência da reforma do 10º andar do prédio Sede do TRE-SC compõem um conjunto de iniciativas que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de juízes, servidores e colaboradores. Para que se possa alcançar resultados profícuos é necessária a otimização do espaço físico com a instalação de móveis e equipamentos específicos que propiciem o adequado funcionamento dos setores, dentro das condições exigidas de ergonomia, conforto, segurança e higiene.

#### 3. Descrição da solução

Trata-se da aquisição de mesas e cadeiras giratórias para a reforma do 10º andar do prédio Sede do TRE-SC, que deverão apresentar as seguintes especificações:

TIPO DO MOBILIÁRIO	QUANT.	ESPECIFICAÇÕES
Item 1 - Mesa Alta	4	<p><b>Dimensões</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 2000 x 800 x 1020 a 1050 mm (comprimento x largura x altura)</li><li>• Tolerância para altura da mesa operacional = <math>\pm 5</math> mm</li></ul> <p><b>Características Técnicas</b></p> <p><b>TAMPO</b></p> <p>Tampo reto em chapas de madeira aglomerada com resina fenólica, atendendo às normas vigentes de níveis de emissão de formaldeído, com espessura mínima de 25 mm, preferencialmente, com densidade média de 600 kg/m<sup>3</sup>, revestido com laminado melamínico de baixa pressão em ambas as faces. Laterais encabeçadas com fita de borda em poliestireno de superfície visível, aplicada com adesivo, com espessura mínima de 2mm na mesma cor do tampo e raio ergonômico de contato com o usuário, em atendimento à NBR13966:2008.</p> <p><b>ESTRUTURA E SISTEMA DE FIXAÇÃO PARA BALCÃO ALTO</b></p>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		<p>Estruturas com pernas de seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 1010/1020, com dimensões aproximadas de 50 a 80 x 60 a 80 x 1,06 a 1,20 mm de espessura, travessa superior e inferior em seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 1010/1020, de 30 a 50 x 30 a 50 x 1,20 a 1,50 mm de espessura mínima. Todas as partes metálicas com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática e/ou epóxi; unidas às estruturas laterais e centrais através de parafusos e porcas tipo M6. Suporte para barra composto por chapa de aço SAE 1010/1020 com 2,25mm de espessura mínima em formato de "U" e suporte da sapata em chapa SAE 1010/1020 com, aproximadamente, 3mm. Sapatas com altura regulável, com rosca métrica M10. Fixação ao tampo preferencialmente através de parafuso rosca auto cortante para madeira.</p> <p><b>CORES DO TAMPO</b></p> <p>Em tons de cinza, fendi ou amadeirado.</p> <p><b>CORES DA ESTRUTURA</b></p> <p>Estrutura metálica na cor preta ou grafite.</p> <p><b>Documentos obrigatórios<sup>(*)</sup></b> (todos os certificados de conformidade deverão ser emitidos em nome do fabricante, por Organismos de Certificação de Produtos com acreditação no INMETRO)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Laudo ou Declaração ou Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com a NR 17 (Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 423, de 07.10.2021), emitida por profissional habilitado, acompanhado por cópia de documento de identidade profissional (CREA, CRM ou CREFITO) ou outro documento que comprove habilitação para emissão do respectivo documento.</li> <li>• Laudo ou Relatório de Ensaio da espessura da película seca (tinta) sobre superfícies rugosas, em conformidade a NBR 10443:2023, com espessura média acima de 65 microns e aderência em conformidade a NBR 11003:2023, com resultado igual a 0/0.</li> <li>• Laudo ou Relatório de Ensaio de Corrosão por Exposição Atmosfera Úmida Saturada conforme NBR 8095:2015, com exposição mínima de 350 horas, e ainda, apresentar Relatório de Ensaio de Resistência a Corrosão por Exposição à Névoa Salina conforme NBR 8094:1983 com exposição mínima de 1200 horas.</li> </ul>
--	--	--



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Item 2 - Cadeira Giratória Tipo Diretor	16	<p><b>Dimensões</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Altura total da cadeira: 985mm a 1050mm</li> <li>• Largura total da cadeira: 635mm a 640mm</li> <li>• Profundidade superfície do assento: 500mm a 505mm</li> </ul> <p><b>Características técnicas</b></p> <p><b>ENCOSTO</b> Encosto de espaldar médio com curvatura anatômica, fabricado em compensado multilaminado de espessura mínima de 15 mm, revestido com espuma anatômica de poliuretano de 45mm de espessura, com densidade D40 OU espuma conformada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlado de 26 Kg/m<sup>3</sup> com 80mm de espessura média. Acabamento frontal em couro natural e parte de trás em material sintético.</p> <p><b>ASSENTO</b> Assento fabricado em compensado multilaminado de espessura mínima de 15 mm, revestido com espuma anatômica de poliuretano de 45mm de espessura, com densidade D40 OU espuma conformada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlado de 33 Kg/m<sup>3</sup> com 70mm de espessura média. Acabamento superior em couro natural.</p> <p><b>MECANISMO DE REGULAGEM</b> Sistema de regulagem de altura a gás, mecanismo sincronizado excêntrico com travamento de reclinção em diversas posições ou sistema relax livre. Regulagem de pressão/tensão do sistema de reclinção através de manípulo.</p> <p><b>COLUNA</b> Coluna a gás com tubo central em aço SAE 1020 Ø50x1,50mm, encaixe cônico de precisão tipo “cone morse” (ângulo de 1º26’16”) entre as hastes, com acionador pneumático central de regulagem de altura classe 3 (mínimo) segundo DIN 4550 OU coluna central desmontável fixada por encaixe cônico, com rolamento axial de giro, possuindo arruelas de aço temperado de alta resistência, bucha mancal de giro injetada em POM e recalibrada, recoberta por capa telescópica injetada em polipropileno copolímero na cor preta, sistema de regulagem de altura a cadeira com mola a gás.</p> <p><b>BASE</b></p>
---	----	---



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		<p>Base giratória com aranha de 5 hastes em alumínio injetado ou alumínio ADC-12, acabamento polido, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 50 a 60mm de diâmetro em nylon ou poliamida 6.6, esfera metálica inserida na estrutura, banda de rodagem em poliuretano.</p> <p><b>BRAÇO</b></p> <p>Braços estruturais fixos, interligando assento / encosto, sem regulagem de altura, confeccionados em alumínio injetado com acabamento polido. Acabamento superior (apoia-braços) em poliuretano injetado.</p> <p><b>COR DO REVESTIMENTO</b></p> <p>Preto.</p> <p><b>Documentos obrigatórios</b> (todos os certificados de conformidade deverão ser emitidos em nome do fabricante, por Organismos de Certificação de Produtos com acreditação no INMETRO)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Laudo ou Declaração ou Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com a NR 17 (Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 423, de 07.10.2021), emitida por profissional habilitado, acompanhado por cópia de documento de identidade profissional (CREA, CRM ou CREFITO) ou outro documento que comprove habilitação para emissão do respectivo documento.</li> <li>• Laudo/ensaio de Tinta Aplicada à Estrutura, que determine espessura da película seca sobre superfícies rugosas, em conformidade a NBR 10443, com espessura média acima de 70 (microns) e aderência em conformidade a NBR 11003, com resultado igual a 0/0, desenvolvido e elaborado por laboratório reconhecido e acreditado pelo Inmetro (cópia autenticada);</li> <li>• Relatório de Ensaio de Corrosão por Exposição Atmosfera Úmida Saturada conforme NBR 8095, com exposição mínima de 350 horas, e ainda, apresentar Relatório de Ensaio de Resistência a Corrosão por Exposição à Névoa Salina conforme NBR 17088:2023 com exposição mínima de 336 horas, ambos os relatórios desenvolvidos e elaborados por laboratório reconhecido e acreditado pelo Inmetro (cópia autenticada);</li> <li>• Relatório de Densidade da Espuma com base no teste de densidade em conformidade com a norma NBR 8537 da ABNT, emitido por laboratório credenciado pelo INMETRO ou acreditado com a</li> </ul>
--	--	---



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		marca de conformidade com a ABNT. Será aceito certificado emitido pela empresa fabricante do produto final. Objetiva avaliar o atendimento quanto a densidade solicitada para assento do objeto.
--	--	--

### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

Documento juntado ao PAE n. 12.950/2025.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

#### Item 1:

- Mesa Reunião Alta WORK, código WMRA2008/AVPR, da Marelli.

#### Item 2:

- Cadeira Boss giratória espaldar médio e assento estofados em couro natural carenagem simile couro, da Marelli.
- Cadeira Executiva Idra Black Leather, espaldar médio e assento estofados em couro natural, da Flexform.
- Cadeira Diretor giratória espaldar médio e assento estofados em couro natural, código 20202, da Cavaletti.

Justifica-se a exigência de laudos e certificações que comprovem o atendimento às normas técnicas brasileiras neste Termo de Referência pelas seguintes razões:

#### (1) Para os mobiliários que possuem partes metálicas aparentes:

Os mobiliários que compõem a contratação serão utilizados principalmente no 10º andar do prédio Sede do TRE-SC. Estando a cidade de Florianópolis localizada em região litorânea, há a presença acentuada na atmosfera de névoa salina, cloretos e sulfatos, que podem atacar superfícies metálicas, se não atendidas condições mínimas normativas em relação à espessura e aderência da película de tinta, iniciando prematuramente processos de corrosão por exposição à maresia (névoa salina). Para garantir o desempenho, a durabilidade e a adequada vida útil dos produtos, requer-se o atendimento das seguintes normas técnicas, quando aplicável: NBR 10443:2023 Tintas e vernizes - Determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas - Método de ensaio; NBR 11003:2023 Tintas: Determinação da aderência; NBR 8094:1983 Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à névoa salina - Método de ensaio; NBR 8095:2015 Material metálico revestido e não revestido - Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada - Método de ensaio.

#### (2) Para as cadeiras:



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

As cadeiras serão utilizadas em um espaço de trabalho de uso coletivo, com afluxo intenso de pessoas dos mais variados portes/estaturas e pesos corporais. Nesse sentido, é importante garantir a densidade, a resistência e a resiliência ao uso das espumas, sem que ocorram deformações permanentes prematuras. Além disso, em atendimento às normas do Corpo de Bombeiros, as espumas devem atender a tempos mínimos de retardação ao fogo em caso de incêndio. Para garantir o desempenho, a durabilidade e a adequada vida útil dos produtos, requer-se o atendimento das seguintes normas técnicas, quando aplicável: NBR 8537:2015 Espuma flexível de poliuretano - Determinação da densidade; NBR 8619:2015 Espuma flexível de poliuretano - Determinação da resiliência; NBR 9178:2022 Materiais poliméricos celulares flexíveis - Determinação das características de queima.

(3) Para todos os mobiliários é imprescindível o atendimento de aspectos relacionados à ergonomia, de forma a prevenir doenças ergonômicas nos funcionários, associadas à postura ou à repetição, por longos períodos de tempo, no ambiente de trabalho. Por essa razão, requer-se a apresentação de Laudo ou Declaração ou Parecer Técnico de Conformidade Ergonômica, de acordo com a NR 17 (Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social n. 423, de 07.10.2021), emitida por profissional habilitado, acompanhado por cópia de documento de identidade profissional (CREA, CRM ou CREFITO) ou outro documento que comprove habilitação para emissão do respectivo documento.

As características de qualidade, ergonomia e durabilidade expressas neste Termo de Referência são as mínimas necessárias para atender às necessidades do TRE-SC.

A apresentação de laudos ou relatórios técnicos de ensaios que comprovem o atendimento das características técnicas dos mobiliários às legislações e normas da ABNT não se configura em cerceamento da competitividade do certame, tendo em vista que diversos fabricantes nacionais atendem aos requisitos estabelecidos, como ratificado em consultas feitas ao mercado pela SEEA durante os Estudos Preliminares. Além disso, a documentação comprobatória exigida neste certame garantirá a aquisição de produtos com elevadas qualidade, ergonomia, desempenho, durabilidade e vida útil prolongada, em consonância aos critérios de sustentabilidade exigidos pela Administração Pública Federal.

### **3.3. Códigos SIASG**

Item 1: 602373

Item 2: 607744

## **4. Requisitos da contratação**

Os produtos que serão adquiridos deverão manter o padrão de especificação do mobiliário adotado pelo TRE-SC e observar requisitos mínimos de qualidade, durabilidade, segurança e economicidade.

A empresa deverá se responsabilizar pelo cálculo da carga aplicada e pela adequação dos materiais especificados e utilizados, garantindo assim a completa execução, montagem, funcionalidade, durabilidade e segurança do sistema proposto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os móveis devem ser fabricados conforme as normas técnicas vigentes, devendo o fabricante prestar garantia conforme solicitado no Edital de Licitação.

Entende-se como requisitos funcionais a observância do prazo e local da entrega, à disponibilidade e o fornecimento dos produtos em perfeito estado e nas condições estipuladas pelo Contratante, bem como à regularidade fiscal da empresa.

### **5. Modelo de execução do objeto**

Quaisquer dúvidas poderão ser sanadas junto à Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRE-SC, das 13h às 19h, pelo telefone (48) 3251-3865.

#### **5.1. Prazos**

Os produtos deverão ser entregues em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da nota de empenho emitida pelo TRE-SC.

Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRE-SC.

#### **5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços**

a) a entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRE-SC, por meio do telefone (48) 3251 3865 ou (48) 984190232, no horário das 13 às 18 horas, ou por e-mail para o endereço eletrônico [ci-seame@tre-sc.jus.br](mailto:ci-seame@tre-sc.jus.br)

b) os produtos deverão ser entregues no Depósito da Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRE-SC – SEAME - localizado na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, 863, Área 2 – Unidade 45, Distrito Industrial, São José/SC – CEP 88104-785, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

#### **5.3. Recebimento provisório e definitivo**

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

#### **5.4. Pagamento**

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à Contratada.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 5.5. Garantia do objeto

Entregar produtos com prazo de **garantia do fabricante** de, no mínimo, 5 (cinco) anos para o item 2 e, de no mínimo 1 (um) ano para o item 1, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRE-SC.

### 5.6. Vigência da contratação

A contratação terá vigência a partir da emissão da nota de empenho até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

### 5.7. Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital; e
- b) promover, nos termos do subitem 6.2, a gestão e a fiscalização da contratação, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

### 5.8. Obrigações da Contratada

**5.8.1.** Executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta, observado o seguinte:

- a) os móveis deverão ser entregues MONTADOS - incluídos todos os acessórios.
- b) as fitas de acabamento devem ser fixadas por processo mecânico, a quente;
- c) a empresa deverá se responsabilizar pelo cálculo da carga aplicada e pela adequação dos materiais especificados e utilizados, garantindo assim a completa execução, montagem, funcionalidade, durabilidade e segurança do sistema proposto.

**5.8.2.** Entregar os produtos montados em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da Nota de Empenho emitida pelo TRE-SC;

**5.8.2.1.** A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Móveis e Equipamentos do TRE-SC, por meio dos telefones (48) 3251 3122 ou (48) 3251 3865, no horário das 13h às 18h, ou por *e-mail* para o endereço eletrônico [ci-seame@tre-sc.jus.br](mailto:ci-seame@tre-sc.jus.br);

**5.8.2.2.** Entregar os produtos no Depósito da Seção de Móveis e Equipamentos do TRE-SC–SEAME, situado na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, 863, Área 2 – Unidade 45, Distrito Industrial, São José/SC – CEP 88104-785, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

**5.8.3.** Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRE-SC;

**5.8.3.1.** Estando em mora a Contratada, os prazos para substituição de que trata o subitem **5.8.3** não interromperá a multa por atraso prevista no item 13 do presente Termo de Referência;

**5.8.3.2.** Em caso de substituição de produtos, conforme previsto no subitem **5.8.3.1**, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

**5.8.4.** Fornecer produtos com **garantia do fabricante** de, no mínimo, 5 (cinco) anos para o item 2, e, de no mínimo 1 (um) ano para o item 1, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente do TRE-SC.

**5.8.5.** Não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame;e

**5.8.6.** Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

### **5.9. Transferência de conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.10. Direitos autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução**

Não se aplica a esta contratação.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6.1. Gestor de contrato**

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

### 6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

### 6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

### 6.2. Gestão e fiscalização

As atividades de gestão e fiscalização serão exercidas pelo servidor titular da Seção de Administração de Móveis e Equipamentos ou seu substituto, com o apoio, no que se refere à fiscalização administrativa, da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento.

### 6.3. Instrumentos Formais

- a) Os produtos deverão ser entregues após o recebimento da Nota de Empenho emitida pelo TRE-SC no prazo constante no subitem 5.1;
- b) A forma de entrega deverá ser a constante no subitem 5.2;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) Na entrega será verificado se o produto atende as especificações contidas no Edital. Caso não atenda, a Contratada será comunicada via e-mail para o recolhimento e substituição conforme regras e prazos estabelecidos no Edital de licitação.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será realizado nos termos do subitem 6.2.

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

### 7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

### 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

### 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

#### 9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação deverá ser por item, não cabendo parcelamento, uma vez que deve se resguardar a economia de escala. Quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser seu custo.

#### 9.2. Seleção do fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

**O licitante que apresentar a proposta de menor preço deverá enviar as especificações e laudos técnicos ou certificações do produto que pretende oferecer, emitidos por laboratórios autorizados pelo INMETRO, comprovando a equivalência com os requisitos especificados no Edital, nos termos do Item 3 deste Termo de Referência.**

A equivalência refere-se ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados e normatizados, coincidência de aspectos visuais (aparência/acabamento), de materiais de fabricação, de funcionalidade e de ergonomia.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 9.2.1. Critérios de habilitação

- Não há requisitos específicos de qualificação técnica.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- Quando se tratar de pessoa física, nos casos em que for permitida a participação, certidão negativa de insolvência civil, nos termos da IN SEGES/ME n. 116/2021.
- Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica.

### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

## 10. Estimativas do valor da contratação

Considerando os valores consignados nos preços obtidos nos Estudos Técnicos Preliminares, obteve-se as seguintes médias de valor unitário:

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Custo estimado total
1	Mesa Alta	4	R\$ 3.267,96	R\$ 13.071,84
2	Cadeira Giratória Tipo Diretor	16	R\$ 5.381,70	R\$ 86.107,20
			<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 99.179,04</b>

## 11. Alinhamento da contratação

### 11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo - I

Item – 31– Mobiliário

### 11.2. Plano de Logística Sustentável



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Não há conflito do objeto com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, sendo que a aquisição de mobiliário visa possibilitar que os servidores executem suas funções. Além disso, as madeiras dos móveis deverão ser oriundas de reflorestamento.

### 11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1 e 2	02.122.0033.20GP.004 2 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC	44.90.52	R\$ 99.179,04
Total			R\$ 99.179,04

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do objeto;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.